

**ATA**

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Luísa Francisca de Abreu Pedroso e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 - Presidente da Câmara - Agradeceu aos Vereadores a compreensão e o acolhimento manifestados relativamente à antecipação da reunião de Câmara para a data de hoje. -----

2 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) - Perguntou em que situação se encontrava o Museu de Arte Primitiva ou Museu NAIF;
b) - Disse querer aproveitar esta ocasião para desejar a todos umas Boas Festas. -----

3 – Vereador André Coelho Lima – Aproveitando, também, esta quadra, disse que era importante que todos se lembrassem que lutam pelos interesses de Guimarães, entendendo que, acima de tudo, se deveria privilegiar o humanismo. -----

4 – Vereador José Manuel Bastos – Sobre o Museu de Arte Primitiva, disse que acabou por nunca o ser, por não estar de acordo com as regras que disciplinam este tipo de equipamento, -----

tendo, todavia, o Município guardado o acervo que possuía e que agora se encontra depositado na Plataforma das Artes, tendo já sido feito todo o trabalho de registo e documentação. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do ofício da VITRUS Ambiente, EM, SA, remetendo, para conhecimento, a ata da sessão da Assembleia Geral realizada no passado dia 21 de outubro, onde foram eleitos os membros do Conselho de Administração para o mandato de 2013 a 2017, definido o regime em que cada membro exercerá as suas funções e fixada a remuneração atribuída ao único membro executivo. A referida ata dá-se aqui por reproduzida e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

2. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 13 de dezembro de 2013, que adjudicou ao concorrente "Petróleos de Portugal - Petrogal, SA", pelo preço contratual de 163.677,50€ + IVA, o fornecimento contínuo de gás propano a granel para o ano civil de 2014, de acordo com o relatório final, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores PSD-CDS apresentam declaração de voto na ata da última reunião de Câmara na medida em que o resumo que da mesma consta relativamente à



intervenção da vereadora Luísa Pedroso não se encontra correspondente ao que foi efetivamente referido na intervenção da senhora vereadora. Bem sabemos que os resumos de intervenções nunca podem corresponder, em absoluta exatidão, àquilo que foi dito, mas não podem é subverter ou dizer coisa diferente do que foi declarado na referida intervenção. Razão pela qual fazemos a presente declaração de voto. Na reunião de Câmara do passado dia 12.12.2013 na intervenção da vereadora Luísa Pedroso no período antes da ordem do dia, foi feita uma referência à entrega dos convites dirigidos aos Vereadores sem pasta. Concretamente, referiu a vereadora Luísa Pedroso que teve conhecimento informalmente que para a Missa da Irmandade de S. Nicolau foi endereçado convite para o Presidente de Câmara e igualmente para os vereadores do executivo municipal. Tendo dito ainda que apenas na referida missa (à qual manifestou ter ido de modo espontâneo) teve conhecimento de que lhe havia sido remetido tal convite, o que transmitiu por parecer a todos os títulos lamentável que não tenhamos sido informados desse convite, pois efetivamente não o recebemos. Por isso, do que se trata não é da entrega tardia ou da informação tardia quanto ao evento, foi da não informação de todo de algo que veio expressamente dirigido a todos os vereadores do executivo municipal. Foi esse o facto que motivou a intervenção da vereadora, foi isso que foi dito, pelo que é isso que deveria ter constado. Quanto à segunda situação sobre que interveio, a vereadora Luísa Pedroso referiu-se ao convite para o Natal do Agrupamento Castrejo, cujo convite foi recebido na 6ª feira, dois dias antes do evento, quando os organizadores asseguraram ter remetido os convites para a Câmara com duas semanas de antecedência, tendo estes sido dirigidos a cada uma dos Vereadores, o que significa que, a ser verdade o que foi

transmitido pelos organizadores, os mesmos teriam estado retidos injustificadamente.” -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABAÇÃO E GÉMEOS – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – PRIMEIRO ADITAMENTO – ANO DE 2012 – Presente a

seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de abril de 2012, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Gémeos, a execução da obra de pavimentação da rua das Flores, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 4.805,87€. Através de carta dirigida à Câmara Municipal, em 12 de setembro de 2013, a Junta de Freguesia de Gémeos informou não ter sido possível concluir a obra durante o ano de 2012, pelo que foi a pavimentação da rua das Flores foi executada e concluída no corrente ano civil, solicitando assim a alteração do prazo de execução daquele protocolo. Entretanto, na sequência da publicação da lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias, e das eleições autárquicas do passado dia 29 de setembro, a Freguesia de Gémeos encontra-se agora agregada com a Freguesia de Abação, e passaram a designar-se União das Freguesias de Abação e Gémeos, entidade que agora dará cumprimento a este Protocolo de Delegação de Competências. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento àquele Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 21 de junho de 2012, passando a 3ª cláusula a ter a seguinte redação: “Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2013.” Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 4.805,87€ para o ano de 2013.”



DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

REGULAMENTOS – REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO MUNICIPAL 65+ - O Presidente da Câmara informou que este assunto iria ser retirado da ordem de trabalhos, em virtude de ser necessário verificar alguns aspetos do Regulamento, designadamente no que respeita aos passes e respetiva articulação com os TUG. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - RATIFICAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS RELATIVAS AO MÊS DE NOVEMBRO QUE NÃO SE ENQUADRAM NO PARECER PRÉVIO GENÉRICO FAVORÁVEL, APROVADO POR DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013 – Presente, para

ratificação, as aquisições de serviços relativas ao mês de novembro que não se enquadram no parecer prévio genérico favorável, aprovado por deliberação de Câmara de 21 de fevereiro de 2013. O mapa das aquisições de serviços dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES PARA O ANO CIVIL DE 2014 – CONCURSO PÚBLICO N.º 3/12 – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO - Presente, para

ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 4 de dezembro de 2013, que adjudicou ao concorrente "Uniself - Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, SA, Lda.", pelo preço contratual de 2.257.640,00€ + IVA o fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano civil de 2014. Mais se propõe a aprovação da correspondente minuta do contrato de aquisição de serviços. O relatório final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao

livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**
PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – APROVAR A ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES DE JANEIRO A MARÇO DE 2014 PARA ULTERIOR RATIFICAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Presente a seguinte informação do Departamento Financeiro: “Considerando a informação de 17/12/2013, registada com o NIPG 83091/13, da Divisão de Educação, em anexo, submete-se para aprovação superior, o convite e o caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos seguintes termos: **Bem ou serviço:** Aquisição de serviços – Fornecimento de refeições em refeitórios escolares – Janeiro a março de 2014. **Preço base:** 615.720,00€ + I.V.A. (13%). Foi aplicada a redução remuneratória, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro de 2012. **Classificação económica:** 020105. **Plano:** 2.1.2.56 A. **Procedimento:** Propõe-se a adoção do ajuste direto, previsto na alínea c), n.º 1, artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos, conforme indicação constante da pré-requisição n.º 13409/13, da Divisão de Educação. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Fornecedor a consultar:** Uniself – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A. **Audiência prévia:** Está dispensada a audiência prévia e a elaboração dos relatórios preliminar e final, de acordo com o n.º 2, artigo 125.º do CCP, com exceção de exclusão do concorrente. À consideração superior.” A informação dos Serviços de Educação e o caderno de Encargos dão-se aqui por reproduzido e fica



arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

RECURSOS HUMANOS – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO – RECURSO HIERÁRQUICO – Presente a seguinte proposta: “A

trabalhadora Maria Aida de Oliveira Duarte Lopes, afeta ao Serviço de Fiscalização, avaliada pelo Diretor do Departamento de Polícia Municipal, apresentou, nos termos do artigo 72.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, reclamação do ato de homologação da sua avaliação por discordar da avaliação de três (objetivo atingido) que lhe foi atribuída ao objetivo “Proceder à digitalização de 800 processos de vistorias”, cujo indicador de medida era o “número de processos digitalizados”, a meta “processos digitalizados até 31 de dezembro de 2012” e a superação “processos digitalizados até 31 de outubro de 2012”. Tal reclamação foi indeferida por despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 12 de novembro de 2013, tendo por base o parecer do avaliador, que refere que a 2 de novembro de 2012 consultou a aplicação informática e estavam digitalizados 742 processos. A trabalhadora vem agora apresentar recurso hierárquico da decisão sobre a reclamação, nos termos do artigo 73.º daquele mesmo normativo legal, considerando que foi acordado entre as trabalhadoras a quem foi atribuído este objetivo de responsabilidade partilhada que cada uma delas digitalizaria 267 processos e que, a 31 de outubro de 2012, a avaliada informara o avaliador de que já tinha digitalizado 272 processos. Considerando que: 1 - Nos termos do n.º 3 do artigo 46.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro “podem ser fixados objetivos de responsabilidade partilhada sempre que impliquem o desenvolvimento de um trabalho em equipa ou esforço

convergente para uma finalidade determinada”; 2 - Nos termos do n.º 4 do artigo 47.º do mesmo diploma lela, “a avaliação dos resultados obtidos em objetivos de responsabilidade partilhada (...) em regra, é idêntica para todos os trabalhadores neles envolvidos”; 3 - Que este mesmo objetivo foi definido como sendo de responsabilidade partilhada, uma vez que implicava um esforço convergente tendo em vista o alcance/superação deste mesmo objetivo definido para o Departamento. Propõe-se que se mantenha a nota atribuída ao objetivo “Proceder à digitalização de 800 processos de vistorias” considerando a sua concretização global até 31 de outubro. **DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – VITRUS AMBIENTE EM SA – MINUTA DO CONTRATO DE GESTÃO - Presente, para aprovação, conforme dispõem os pontos 1 e 2 do artigo 18.º do Decreto Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pelo Decreto Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, a minuta do contrato de gestão a celebrar com Daniel José da Silva Pinto, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso. -----

AMBIENTE – TARIFÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA 2014 – Presente a seguinte proposta: “No âmbito do Decreto-Lei 194/2009 de 20 de Agosto (regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos), a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) tem emitido recomendações que visam harmonizar as estruturas tarifárias com o financiamento destes serviços, trazer-lhes



racionalidade económica e financeira e assegurar a respectiva viabilidade e melhoria, sempre sem pôr em causa a autonomia que deve haver na sua gestão. A recuperação dos custos específicos associados a este serviço podem ser exclusivamente obtidos pela cobrança de tarifas ou pelo recurso a subsídios à exploração da autarquia, solução esta que somente deve ser utilizada quando necessária para reduzir custos ao utilizador final, numa perspectiva de tornar os serviços economicamente acessíveis, sendo que esta redução é sempre uma decisão da entidade titular. No caso do Município de Guimarães, a recuperação destes custos está, ainda, longe de ser conseguida, sendo que, no final do ano de 2013, a percentagem de cobertura das receitas cifra-se apenas em 56%, o que significa que é o próprio Município que subsidia este serviço, numa grandeza de valor anual próximo de 1.800.000 euros, reduzindo significativamente o custo ao utilizador final. Acresce a circunstância de o valor arrecadado com a tarifa de RSU ser apenas suficiente para compensar a despesa relacionada com o seu tratamento e destino final, da responsabilidade da Resinorte, entidade que, para o ano em curso, definiu um valor de tarifa de tratamento de 36,30 euros por tonelada, num aumento de 6,6% que mereceu o nosso mais vivo repúdio; para 2014, e debalde a nossa insistência, ainda não foi definido o valor desta tarifa, sendo infelizmente previsível um novo e substancial aumento. Face ao exposto, propõe-se o novo tarifário de RSU para 2014 no Município de Guimarães, em anexo, que permite continuar a garantir um serviço universal e economicamente acessível aos nossos munícipes.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro, Luísa Pedroso e José Torcato

Ribeiro. -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Neste ponto 11 da ordem de trabalhos é-nos proposto um novo "*Tarifário de Resíduos Sólidos Urbanos*" para o ano de 2014. Numa análise comparativa entre o que nos é agora proposto e o que esteve em vigor ao longo do ano em curso, poder-se-á dizer o seguinte: 1. Para os utilizadores domésticos com abastecimento de água há uma subida para a taxa fixa e para a taxa variável de 5%; 2. Para os utilizadores domésticos sem abastecimento de água há um aumento de 20,8 % da tarifa mensal; 3. É criado um novo escalão para os utilizadores não-domésticos com abastecimento de água e consumos superiores a 100 m³ que sofrerão um aumento de 31,25 %. Constatadas as alterações propostas, fomos procurar encontrar a justificação para tais aumentos. Começo por lembrar que as tarifas devem, em princípio, ter um valor correspondente ao custo do serviço prestado. Ora, no caso presente, o custo do tratamento da tonelada de resíduos é composto essencialmente por duas parcelas. Uma, correspondente ao serviço em Baixa, que se refere à recolha. A outra, correspondente ao serviço em Alta, e diz respeito ao Tratamento e Destino final dos resíduos. Acontece que, segundo o que se pode ler no texto da fundamentação da presente proposta, o tratamento e destino final custa 36,3 € / tonelada e corresponderá a cerca de 56% do total, pelo que, a recolha custará 44%, o equivalente a (64,82€/Ton x 44%) 28,52 €/Ton. Senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, o aumento agora proposto, não poderá ter a ver com o de aumento de qualquer uma destas duas parcelas. Em primeiro lugar, porque no que diz respeito à questão da recolha, esse serviço está a cargo



de uma empresa municipal, a *VITRUS*, controlada pelo próprio município a quem poderá e deverá exigir, se não a redução de custos, pelo menos a sua contenção. Depois, porque no que se refere à segunda parcela do custo do serviço em Alta, isto é, do tratamento e seu destino final, a cargo da Resinorte, o seu valor está sujeito à aprovação da *Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos – ERSAR*, que já no ano passado emitiu opinião contra o aumento que pretendia introduzir a Resinorte, tendo no entanto a entidade concedente, no caso o Ministério do Ambiente, aprovado apenas metade do que pretendia. Para este ano, pretendendo a Resinorte um aumento de 5%, viu novamente reprovada a sua pretensão por parte da ERSAR, admitindo-se embora que possa o mesmo Ministério vir a consentir, do modo do ano passado, um aumento de 2,5%. Dito isto, e no caso de vir a ocorrer um aumento de 2,5% por parte da Resinorte, o impacto no preço final seria penas de $2,5\% \times 56\% = 1,4\%$. Assim, a justificar o pretendido aumento, resta pois apenas o argumento de que se trata de um sector com um défi ce anual de 1 800 000 €. Aqui, a nossa opinião, e tendo em conta que na parcela da Resinorte, que significa 56% do custo não será fácil intervir, é que se deverá tentar numa primeira fase actuar na parcela que está sob a alçada do município, através da Vitrus, exigindo-lhe mais eficácia. Aceitando contudo que esta medida não será suficiente, e que se deverá caminhar no sentido de eliminar progressivamente este défi ce de 1 800 000 €, impondo o princípio do utlizador/pagador que defendemos, entendemos que esta não é manifestamente a altura indicada para introduzir novos aumentos nos orçamentos das famílias e das empresas, a viver difíceis momentos decorrentes dos indispensáveis ajustamentos orçamentais do governo da Nação, tendo em conta, que o nosso

município felizmente, tem as suas contas equilibradas que lhe permitem manter este importante apoio às famílias e empresas. Por todas estas razões votaremos contra." -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Manuel Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta de tarifário a pagar pelos consumidores vimaranenses relativo à recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos para 2014, por considerarmos ter a presente proposta sido elaborada com as preocupações sociais que devia consagrar, mas também com a procura de resposta aos encargos na gestão municipal que a prestação deste importantíssimo serviço, para a qualidade urbana do Município, provoca. Os custos para o Município deste serviço são resultantes da recolha que é efetuada pelo Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente e pela empresa VITRUS e, com maior incidência, pelas tarifas que são pagas à empresa RESINORTE em função do tratamento dos resíduos recolhidos. O valor das tarifas a pagar à RESINORTE é determinado por esta empresa e homologado pelo Governo. O custo por tonelada, de 2010 a 2013, subiu 22%, um valor percentual claramente superior à atualização das tarifas que temos vindo a aprovar e que são suportadas pelos nossos munícipes. Assim sendo, e na correspondência ao princípio que os custos destes serviços devem ser suportados pelos seus utilizadores, foi inevitável proceder à atualização do referido tarifário, embora num valor médio inferior ao praticado pela RESINORTE, e procurando que uma maior eficiência dos serviços municipais possa contribuir para minorar os encargos que todos temos de suportar. Assim os custos com viaturas e equipamentos desceram cerca de 340.000 euros; eliminamos 3 circuitos de



recolha, eliminamos a duplicação da recolha porta-a-porta e contentorizada; reduzimos custos com pessoal em cerca de 134.000 euros (embora à custa da redução do nº de funcionários, do congelamento das carreiras e dos vencimentos), em termos globais, os custos diretos da Câmara com a recolha de resíduos decresceu 790.000 euros (-31,6%). A proposta, hoje aqui votada, pretende igualmente que a atualização seja suportada diferentemente em função da situação económica e social. Assim implicará nos principais escalões de consumo – 6 a 15 m³ – apenas um aumento mensal na totalidade da fatura de cada consumidor de 0,14 a 0,21 cêntimos e é criada uma nova tarifa para consumidores de mais 100m³/mês, principais produtores de lixo e cuja taxa é absolutamente insignificante para o custo dos resíduos recolhidos (Jumbo, Continente, Lidl, grandes restaurantes, hospital privado, Hotel Guimarães, etc), tendo havido a preocupação que esta nova tarifa não abrangesse as IPSS, as empresas e cooperativas municipais e os utilizadores não-domésticos. Considerarmos assim que a atualização votada irá proporcionar uma aproximação das receitas municipais aos custos do serviço prestado sem onerar com significado as famílias e instituições locais.” -----

AÇÃO SOCIAL – CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE POLVOREIRA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “O Centro Social da Paróquia de Polvoreira encontra-se a executar as obras de construção do edifício destinado à Unidade de Cuidados Continuados Integrados a Pessoas Dependentes, denominada “UCCI S. Pedro”. Em 10 de dezembro de 2012, foi emitida a licença nº 485/12, para a construção daquele edifício. As taxas devidas por esta operação urbanística correspondem ao valor total de 79.483,58€, tendo sido

autorizado o pagamento em 10 prestações. Até à presente data foram já pagas 8 prestações. Assim, tendo em conta os valores em causa, o prazo de pagamento e as dificuldades surgidas aquando a execução dos trabalhos, o Centro Social da Paróquia de Polvoreira solicitou a esta Câmara Municipal o apoio para o pagamento das 2 últimas prestações, no valor de 7.948,00€ cada. Assim, em reconhecimento do relevante interesse público da atividade que prossegue e desenvolve, bem como do apoio que presta à sua comunidade, proponho, ao abrigo do disposto no nº 6 do art.º 9º do Regulamento nº607/2010, a atribuição ao Centro Social da Paróquia de Polvoreira, registado no RMADG sob o nº 502843918, de um subsídio de 15.896,00€ (quinze mil oitocentos e noventa e seis euros), destinado a comparticipar, a título excecional, nos custos envolvidos com as taxas de licenciamento da construção do edifício destinado à Unidade de Cuidados Continuados Integrados a Pessoas Dependentes, denominada "UCCI S. Pedro". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "A Coligação Juntos por Guimarães apresentou no âmbito das suas propostas para a área social uma proposta de isenção do pagamento de taxas e licenças pelos equipamentos sociais construídos por IPSS no concelho de Guimarães. O que era absolutamente coerente com a nossa orientação ideológica de menos Estado e mais iniciativa privada. Proposta trabalhada desde 2012, apresentada pelo seu candidato à Câmara, André Coelho Lima, a partir de Março/2013 e concretizada de modo muito específico no dia 24 de Junho de 2013, na apresentação da sua candidatura. Do que se tratava era do Estado não tributar as entidades de natureza social que, sem



fins lucrativos, se predispunham a realizar uma função que em bom rigor compete ao próprio Estado, pelo que o papel do Estado era ajudar o mais possível e não ser um fator inibidor do surgimento de todos estes equipamentos sociais que são uma carência da comunidade e para a qual existem privados disponíveis para levar a cabo. Em Setembro/2013, o Partido Socialista e o Dr. Domingos Bragança tornaram público terem idêntica intenção. O que, para além da dimensão eleitoral de dificultar a escolha aos eleitores (por serem então cada vez mais os pontos de convergência), obviamente nos satisfaz, porque significa que algo que defendíamos fundadamente seria implementado independentemente de quem vencesse as eleições autárquicas. Assim, o assunto de isenção de pagamento de taxas e licenças municipais aos equipamentos sociais construídos por IPSS's acabou por ser um tema de campanha eleitoral, defendido pela Coligação Juntos por Guimarães e depois também pelo Partido Socialista. Por isso apreciamos positivamente a proposta aqui apresentada pois vai ao encontro do que defendemos. O que nos é proposto é a atribuição de uma isenção de responsabilidades assumidas ainda em mandatos anteriores. Isto é, o Centro Social de Polvoreira ficou com a obrigação de pagamento de licenças pela sua Unidade de Cuidados Continuados (UCC) numa altura em que elas ainda eram devidas. No entanto, como beneficia do pagamento desse montante em prestações, o cumprimento desse pagamento acaba por entrar dentro de um novo mandato, mandato esse no qual as regras mudaram face ao que se praticava até aqui. Por isso consideramos que se neste mandato vai passar a haver isenção, faz sentido que ela se aplique às obrigações antigas, mas cujo cumprimento tenha sido protelado entrando já neste novo mandato. Ora isto imporá, em nossa

opinião, que a aprovação deste subsídio seja feito com uma condição. Isto é, a aprovação desta medida implicará, necessariamente, que a Câmara assuma idêntica postura face a todos os equipamentos sociais cuja obrigação de pagamento é anterior a este mandato, mas cujo pagamento possa não ter ficado totalmente solucionada no anterior mandato, transitando obrigações para este. Em nossa opinião, só dessa forma seremos coerentes. Faz todo o sentido que se permita, excecionalmente, a isenção do pagamento das prestações remanescentes por força da mudança de postura do atual executivo, mas faz ainda mais sentido que assim sendo, essa exceção exista para todas as instituições que se encontrem em idêntica situação. Assim, importa olharmos para todas as Instituições cujos pagamentos de taxas e licenças possam não estar ainda cumpridos, por ter sido deferido o pagamento mediante modalidade prestacional, de forma a garantirmos que estamos a respeitar o princípio da justiça e da equidade e que não privilegiamos uns em detrimento de outros.” -----

AÇÃO SOCIAL - GRUPO CULTURAL E RECREATIVO “OS VINTE ARAUTOS DE D. AFONSO HENRIQUES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Cultural e Recreativo “Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques”, desde junho de 2010, promove, em parceria com o Município, as Tardes Dançantes, atividade que se enquadra nas atuais preocupações do Município com o apoio à população em processo de envelhecimento e que visa promover o bem-estar físico e emocional e proporcionar momentos de convívio a pessoas que beneficiam do cartão municipal. Considerando que o Grupo Cultural e Recreativo “Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques” se encontra registado com o nº 501371761/13 no Registo



Municipal das Instituições de Solidariedade Social de Guimarães (RMISG) e que a utilidade social desta colaboração nos permite desenvolver uma atividade promotora do envelhecimento ativo num local de grande centralidade e fácil acessibilidade. Submete-se à aprovação a atribuição de um subsídio no valor de €1500,00 (mil e quinhentos euros) à Direção desta Instituição, ao abrigo do art.º 23º do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho)."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DIVERSOS - CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2014 – Presente a

seguinte informação da Diretora do Departamento de Administração Geral, em regime de substituição: "Nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (Considerações Técnicas 2.9.10.1.11) e do nº 4 do art.º 12º do Regulamento Interno da Contabilidade e, ainda, do art.º 2º do Regulamento de Controlo Interno dos Fundos de Maneio, submete-se à consideração superior a constituição dos fundos de maneio abaixo indicados para acorrer, com oportunidade, a despesas diversas, durante o ano de 2014. Conforme é habitual, foram consultados os serviços municipais, propondo-se, para o ano de 2012, os seguintes fundos de maneio (e respectivos titulares e seus substitutos): **1. Titular: Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas** – €300,00 (trezentos euros) para despesas com portagens e com estacionamento dos veículos municipais quando em serviço externo – rubrica 05/020210. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Eva Oliveira Sampaio Carvalho, Coordenadora Técnica do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; 2 - Titular: Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito,**

Espaço Público e Viaturas (DTEPV) – €400 (quatrocentos euros) para despesas com combustível – correspondendo €200 (duzentos euros) a gasolina (rubrica 05/02010201) e €200 (duzentos euros) a gasóleo – (rubrica 05/02010202). **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Eva Oliveira Sampaio Carvalho, Coordenadora Técnica do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente.**

3 - Titular: Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas (DTEPV) – €400 (quatrocentos euros) para despesas com renovação de licenças de veículos municipais, conforme legislação em vigor – rubrica 05/06020305. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Eva Oliveira Sampaio Carvalho, Coordenadora Técnica do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente.**

4 – Titular: Baltazar Francisco Campos Oliveira Vilela, Técnico Superior da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas – €4000 (quatro mil euros) para despesas com reparações urgentes de viaturas – rubrica 05/020203. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Veículos.**

5 – Titular: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, Diretora do Departamento de Administração Geral, em regime de substituição – €250 (duzentos e cinquenta euros) para despesas com expediente de secretaria – rubrica 02/020108. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Administrativa, em regime de substituição.**

6 – Titular: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, Diretora do



Departamento de Administração Geral, em regime de substituição – €2500 (dois mil e quinhentos euros) para despesas com taxas e emolumentos devidos aos Cartórios Notariais, Conservatórias de Registo Civil, Predial e Comercial, Tribunais e Serviços de Finanças – rubrica 02/020225.

Substituto: Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Administrativa, em regime de substituição.**

7 - Titular: Isabel Maria Ferreira Miranda, Chefe da Divisão de Ação Social – €1750 (mil setecentos e cinquenta euros), destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento, com carácter de urgência, de apoios a conceder no âmbito da alínea a) do art.º 2º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos – rubrica 08/040802. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Paulo César Ribeiro Fernandes, Técnico Superior de Gestão de Recursos Humanos.** Estes fundos de maneo serão reconstituídos mensalmente, contra entrega dos documentos comprovativos da despesa, e a sua reposição será feita até 31 de Dezembro do respectivo exercício económico.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DIVERSOS - UNIVERSIDADE DO MINHO – 22.ª EDIÇÃO DO PRÉMIO VÍTOR DE SÁ – Presente a seguinte proposta: “O Conselho Cultural da Universidade do Minho promoveu a 22ª edição do Prémio Vítor de Sá atribuído a trabalhos sobre a História Contemporânea Portuguesa. O Prémio foi entregue no dia 18 de Dezembro. A Câmara Municipal de Guimarães tem sido uma das suas entidades patrocinadoras, pelo que proponho que seja atribuído à Universidade do Minho (Departamento de Ciências

Sociais) uma verba de 800,00€ (oitocentos euros) ao abrigo do nº 6 do artigo 2º do Regulamento nº 606/2010.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----
A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----
PELAS DOZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----